"Salazar teve uma estratégia clara desde o início da Guerra: a neutralidade. Mas também se preparou para uma 'Europa alemã'"

Entrevista ao historiador António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nos 75 anos do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, que se assinala nesta sexta-feira.

Leonídio Paulo Ferreira

08 Maio 2020 — 01:06

Salazar

Os cinco países até hoje membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU são apresentados como os vencedores da Segunda Guerra Mundial. No seu entender, há alguns que merecem mais esse título do que outros?

São os vencedores que estão na base da nova ordem mundial do pós-guerra, aliás os mesmos que dividiram a Alemanha em zonas de ocupação administrativa e militar. Claro que a França conseguiu esse estatuto graças ao general De Gaulle e ao facto de ser uma potência colonial importante. De Gaulle conseguir esse estatuto invejável no quadro de uma França ocupada e com o governo colaboracionista de Vichy.

Há para si um momento decisivo no conflito que explica a derrota dos países do Eixo?

Por mais voltas que se deem e as histórias da Segunda Guerra Mundial são infundáveis, é na Frente Russa que a conjuntura militar se inverte e o caminho da derrota do Eixo se inicia, mas isso não é uma explicação, essa encontra-se na coligação entre a Rússia e os

Aliados e sobretudo na intervenção militar dos EUA. Por outro lado, a natureza do poder político nazi e a radicalização também foram elementos decisivos. Isto claro sem introduzir a guerra na Ásia, com o Japão.

Portugal conseguiu que a sua neutralidade fosse respeitada e no final até foi integrado na NATO no pós-guerra. Mérito de Salazar ou importância estratégica do país?

Salazar teve uma estratégia clara desde o início da Guerra: a neutralidade. Claro que também se preparou para uma "Europa alemã". A sua preocupação era sobretudo a balança de poderes coloniais em África e isso não esteve em causa na Segunda Guerra Mundial, mas vários outros fatores transcenderam e muito essa estratégia. Se a Alemanha tivesse decidido estender a guerra à Península Ibérica, em colaboração com Franco, o panorama seria outro. Muitos "Salazares" da Europa Central e Oriental não tiveram a sorte do ditador português. A adesão à NATO remete para a Guerra Fria e para a decisão norte-Americana e do Reino Unido, sobretudo com base na importância estratégica e militar dos Açores. A neutralidade favoreceu a mais rápida integração da ditadura na nova ordem mundial, ainda que sempre "mordida" por várias democracias ocidentais. Portugal queria que a NATO abrangesse o Atlântico Sul, o que não foi aceite, mas a sua condição de membro da NATO foi importante para a sua resistência à descolonização e para a sua sobrevivência sem grandes sobressaltos, até 1974.

O tratamento benigno dado pelos Aliados aos derrotados, nomeadamente Alemanha e Japão, resultou da aprendizagem com os erros do pós-Primeira Guerra Mundial?

Não tenho a certeza sobre o carácter "benigno" dessa estratégia. A grande diferença é que os vencedores, e quero dizer neste caso os EUA, tiveram uma estratégia de ocupação da Alemanha e do Japão, acompanhada de um vasto programa de democratização forçada, desenhada a partir de fora, que foi acompanhada de uma limitada desfascização" e punição das suas elites, neutralização seu potencial militar e integração económica com o ocidente capitalista e liberal. Convém não esquecer que de constituições a partidos, alianças económicas, poder militar e soberania limitada, o poder ocupante desenhou quase tudo, e foi vigilante durante largos anos.

A Guerra Fria era inevitável?

Nada é inevitável em política e história, mas o conflito entre as duas superpotências, EUA e URSS era expectável, perante o declínio das potências coloniais europeias. A substituição do poder francês pelo norte-americano na Indochina, por exemplo, é um exemplo paradigmático. A Guerra Fria e o poder nuclear, no entanto, tiveram consequências paradoxais: a paz na Europa e o respeito pelas esferas de influência de cada uma das superpotências, com conflitos localizados no que então se chamava o "terceiro mundo" pós-colonial.

A origem da UE tem que ver com a experiência de guerra dos políticos que a fundaram, um desejo de não ver o horror voltar?

Parcialmente. De facto, o chamado processo de unificação europeia, remete para modelos de cooperação e transnacionalização, de regulação económica, na sequência do Plano Marshall, mas também de integração (*vide enquadramento de*) da então Alemanha

ocidental, em plena recuperação, e de outros fatores. Mas a condicionalidade democrática e o desenho de um mercado único europeu andaram sempre a par.

António Costa Pinto

© Filipe Amorim/Global Imagens

É exagerado tentar ver nos populismos de hoje na Europa um fenómeno semelhante ao da emergência dos fascismos e do nazismo nos anos 1920 e 1930?

Mais do que exagerado, pode ser um erro analítico. Ignorando agora os debates no mundo académico, diria é um erro estratégico para os democratas. É natural que, pelo facto de alguns temas de mobilização serem semelhantes, a comparação intuitiva apareça. De facto, uma rápida análise de conteúdo nas redes sociais, por exemplo, demonstra que alguns setores de direita radical ainda vêm comunistas por todo o lado e os fascistas abundam no espectro oposto. O conceito de populismo engordou consideravelmente para caracterizar partidos políticos novos nos últimos anos e é utilizado, dependendo dos gostos, do VOX ao Podemos, do Syriza a Marine Le Pen, de Trump a Bolsonaro. Quando olhamos para a mobilização dos partidos populistas de direita, os temas anticlasse política, soberanistas-eurocéticos, antiemigração-nativistas têm um "ar de família", mas de fascismo têm pouco. De autoritarismo sim, mas com uma estratégia eleitoral, sem violência política ou partido milicial. Como sublinhou o meu colega Federico Finchelstein, que recentemente veio a Lisboa apresentar o seu livro, o populismo combina "grande violência retórica com baixa violência política". O populismo, uma vez no poder "mina" as instituições democráticas, mas não as elimina. É certo que corporizam uma "revolta eleitoral" anticlasse política moderada, de direita e de esquerda. É certo que "roubaram"

parcialmente segmentos do eleitorado popular aos partidos de esquerda. Mas não é certo que consigam protagonizar uma alternativa autoritária. A sua variedade é grande e as suas experiências de poder têm tido resultados diversos. Em Itália sem subversão das instituições democráticas, no Brasil com tentativas sérias de as subverter por parte de Bolsonaro e na Hungria, o caso mais sério, a caminho de um regime autoritário consolidado. Se a Hungria for o paradigma do autoritarismo populista no poder, é fácil ver o que o distingue do fascismo. A questão em certo sentido é simples, nem o fascismo é hoje ameaça á democracia, nem o comunismo. A tendência para ver o novo com olhos do passado não ajuda muito a compreender o presente. Ver a China associada ao "perigo vermelho" da Guerra fria ajuda tanto como ver o fascismo na Hungria de Orbán. Nada. Claro que o discurso de alguns populistas no poder, como Bolsonaro, dão aquele "ar de família", como referia atrás: a boçalidade *anti-establishment* e o discurso "rasca" apologista da ditadura militar, com laivos de intelectuais charlatães, tipo Olavo de Carvalho, ajudam o estereotipo de associação ao fascismo, mas esta é enganadora.

Se tivesse de aconselhar um só livro para entender a Segunda Guerra Mundial qual seria? Bem, podem ser dois ou três.

A World at Arms: A Global History of World War II, de Gerhard L. Weinberg, em múltiplas edições pela Cambridge University Press; a *Biografia de Hitler*, de Ian Kershaw, e, como se diz, para quem quiser saber mais, a obra coletiva *The Cambridge History of the Second World War*, em três volumes, publicada recentemente.